



Mensagem do Presidente

E assim, num ápice, quase sem nos darmos conta, chegamos ao final de mais um Ano Rotário. Sempre com a sensação de que apesar do contributo que oferecemos ao movimento rotário e à comunidade da Maia, muito ficou por fazer e, possivelmente, podíamos e devíamos ter feito mais.

Maio ficou marcado por dois acontecimentos: a participação do nosso Clube na reunião conjunta dos Clubes que reúnem à terça-feira, que este ano ocorreu em Pombal e pela cerimónia de distinção dos melhores alunos das Escolas do Ensino Profissional da Maia. E permitam-me uma palavra especial acerca desta última iniciativa, em que para além da distinção do mérito e do trabalho dos alunos que se esforçaram para obter melhores qualificações e competências, prestamos também um reconhecimento à importância do

ensino profissional, que sempre foi considerado, de alguma forma, o parente pobre do sistema de ensino português. Uma palavra de reconhecimento também para a nossa parceira “Maiêutica- Cooperativa de Ensino da Maia”, que foi o principal patrocinador dos prémios atribuídos aos alunos agraciados.

Junho foi um mês particularmente importante para a vida do nosso Clube, pois elegemos o nosso companheiro Hélder Sampaio para presidente do ano rotário 2018-2019. Mas concretizamos também o projecto de apoio às famílias mais fragilizadas da comunidade da Maia, em parceria com o Conselho de Zona da Maia da Sociedade de São Vicente de Paulo, em cerimónia que contou com a presença do past Governador Diamantino Gomes, que nos deixou sábias e reconhecidas palavras sobre o

.../

Adelino Miranda Marques
Adérito Castro dos Santos
Alberto de Sousa Rocha
António Augusto do Couto Ambrósio
António G. Bragança Fernandes, hon.
Artur da Costa Lopes de Castro
Baltazar e Sá Ferreira
Bernardino da Costa Pereira
Carlos Fernando Silva Lima Santos
Carlos Manuel Lima Pinto e Castro
Gracinha Maria da Costa Tavares
Fernando Bento Barbosa Rodrigues
Francisco Alberto Oliveira Vilaça
Francisco Higino Gomes Antunes
Helder Filipe Sampaio da Silva
João Fernando Ferreira Coelho
Joaquim Ferreira Guedes
José Américo Moreira Lima
José Eduardo Mendes de Macedo, hon.
Liliana Glória B. da Cunha Rocha
Luciano da Silva Gomes
Luís Chao Gomez, hon.
Manuel António de Sousa Ferreira
Paulo Fernando de Sousa Ramalho
Paulo Jorge Cunha
Raúl Luís Correia Vaz de Carvalho
Valdemar Ferreira da Silva

Conselho Director 2016|17:
Paulo F. S. Ramalho, presidente
Carlos Pinto e Castro, vice-presidente
Artur Castro, secretário e presidente eleito
Francisco A. O. Vilaça, tesoureiro
Baltazar e Sá Ferreira, director de protocolo
Manuel António Ferreira, presidente 2015|16
2º Secretário: Paulo Jorge Cunha
2º Tesoureiro: João Fernando F. Coelho
2º Dir. de Protocolo: Bernardino Costa Pereira

Presidentes de Comissões:
Administração do Clube:
Luciano da Silva Gomes
Quadro Social:
Manuel António Ferreira
Relações Públicas e Imagem:
Adelino Miranda Marques
Rotary Foundation:
Gracinha da Costa Tavares
Projectos Humanitários:
Hélder Sampaio
Serviços Internacionais/Geminação Clubes:
Bernardino da Costa Pereira
Delegados do Clube a
Rotary Foundation:
Gracinha da Costa Tavares
Fundação Rotária Portuguesa:
Liliana da Cunha Rocha
Portugal Rotário:
Adelino Miranda Marques

Reuniões às Terças-feiras:
21H30 na Sede do Clube
Última: Jantar 20H30 Hotel Via Norte
Clube # 26327 distrito 1970 de RI
Admitido em RI em 10 de Abril de 1989
Sede:
Trav Dr Augusto Martins, 49 | 4470-146 Maia
e-mail: rcmaia@rotaryclubmaia.org
Website: www.rotaryclubmaia.org

/...

movimento rotário e o trabalho do nosso Clube. Muito boa foi também a sessão que nos proporcionou a jovem investigadora Patrícia Monteiro sob o tema “A genética do autismo”, e que contou com a presença de diversas profissionais da associação “Criança Diferente”. Ainda uma nota sobre um projecto que retomamos com o Banco de Leite para São Tomé e Príncipe, e que continuará durante o próximo ano rotário.

Por último, gostava de agradecer a todos os companheiros do Clube que me ajudaram a crescer como rotário, nos seus valores e princípios, e acima de tudo em experiências concretas, em que o companheirismo, a ética e a humildade se cruzam de forma plena e com naturalidade.

Uma palavra ainda de reconhecimento para a Casa da Amizade, pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade e da parceria empenhada que sempre afirmou com o nosso Clube. Muito obrigado Alexandra, presidente cessante, e as maiores felicidades para a Antónia, presidente entrante.

Para o meu secretário e novel presidente do ano rotário 2017-2018, toda a minha disponibilidade e os maiores sucessos.

Mais uma vez, a todos os companheiros, em particular aqueles que mais se empenharam e a quem mais exigei, o meu muito e muito obrigado.

Um abraço amigo,

E sempre Rotary ao serviço da humanidade.

Paulo Ramalho





No final da tarde do passado dia 30 de Maio, em cerimónia realizada na Quinta de Vilarinho, no Castelo da Maia, o Rotary Club da Maia distinguiu os melhores alunos das Escolas do Ensino Profissional da Maia do ano letivo 2015/2016.

Foram assim distinguidos: Sara Patrícia Ribeiro Pinto da “Escola Novos Horizontes”, Ana Catarina Mota Barbosa do “INED-Instituto de Educação e Desenvolvimento” e Pedro Rafael Pinto do “CICCOPN- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte”. Todos estes alunos foram agraciados com um diploma de mérito e reconhecimento e com um prémio monetário no valor de duzentos euros.

Paulo Ramalho, presidente do Rotary Club da Maia, referiu a propósito que “esta iniciativa visa premiar o mérito e o trabalho dos alunos que se esforçam para obter melhores qualificações e competências, sendo também, no caso concreto, um reconhecimento à importância do ensino profissional, que sempre foi, de alguma forma, considerado o parente pobre do sistema de ensino português.”

E “hoje, todos reconhecemos a importância de possuir quadros intermédios mais qualificados para uma economia mais competitiva, sendo aliás, uma reclamação constante do nosso tecido empresarial”, acrescentou ainda.

Esta cerimónia contou com a presença de diversas individualidades ligadas ao movimento rotário e aos estabelecimentos do ensino profissional, e ainda com a presença de Luciano Gomes, presidente da Assembleia Municipal, Bragança Fernandes, presidente da Câmara Municipal, Silva Tiago, vice-presidente da Câmara e vereador do Pelouro da Educação, Domingos Oliveira e Silva, reitor do ISMAI e Célio Sousa, presidente do IPMAIA.

O presidente do Rotary Club da Maia, Paulo Ramalho, aproveitou a ocasião para agradecer à “Maiêutica-Cooperativa de Ensino da Maia”, que foi “o principal patrocinador dos prémios atribuídos aos alunos agraciados”.



Prémios de Mérito Escolar



Rotary Club da Maia

Apoia "Vicentinos"

No passado dia 27 de Junho, o Rotary Club da Maia concretizou mais um projecto relativo ao ano rotário 2016/2017. Desta feita, em parceria com o Conselho de Zona da Maia da Sociedade de São Vicente de Paulo, o Rotary Club da Maia direccionou os seus esforços para o apoio às famílias mais fragilizadas da comunidade da Maia. Em cerimónia realizada na sede do Clube, e que contou com a presença de diversos companheiros, do past Governador Diamantino Gomes, da presidente da Casa da Amizade, Alexandra Ramalho, da presidente da Junta de freguesia da Cidade da Maia, Olga Freire, e do presidente do Conselho de Zona da Maia da Sociedade de São Vicente de Paulo, José Sousa, o presidente do Clube, Paulo Ramalho, salientou a importância de se "afirmar em acções concretas, os lemas rotários dar de si, antes de pensar em si e Rotary ao serviço da humanidade". Paulo Ramalho destacou ainda "o grande trabalho a favor dos mais desfavorecidos, desenvolvido pelos vicentinos, de forma discreta e particularmente eficaz" e esclareceu que o apoio concedido, "contou com fundos próprios do Clube, da Casa da Amizade e da Fundação Rotária Portuguesa".





Justiça Distributiva: Sobre a proposta de John Rawls

Alguns Tópicos (continuação)

Fernando Barbosa Rodrigues

[Por opção do autor, neste texto não se adopta o “acordo” ortográfico]

II

A democracia e as instituições que asseguram a Justiça com equidade (liberdades fundamentais do homem/mulher e do cidadão/cidadã, Constituição, mercado competitivo, propriedade privada dos meios de produção e dos serviços, etc.) são bens patrimoniais também das gerações que se sucedem. Rawls proclama a auto-estima como um dos mais valiosos bens morais, cujo *status* em alta é consequência de um sentimento profundo de se ser alvo de respeito por parte do poder público constituído - e dos seus representantes - e de se saber que esse respeito veicula condições de vida com dignidade. A elevada auto-estima decorre do reconhecimento permanente do valor moral inalienável da liberdade e do apoio à realização da vida em pleno, no contexto da sociedade.

Estabelece Rawls um outro critério de classificação dos bens fundamentais, considerando duas classes¹, a saber:

1. bens primários, os necessários à sobrevivência de todos os indivíduos; e,
2. bens públicos, os que garantem igualmente condições dignas à vida da comunidade.

Nos primeiros pontificam nomeadamente: liberdade de viver, de mobilidade, de educação, de escolha de profissão, de educação dos descendentes conforme aos padrões morais individuais, preservação/construção de património próprio, saúde, residência. Nos segundos, entre outros, são exemplos: oferta de

todos os níveis de educação, controlo de doenças endémicas e epidémicas, redes de água potável e de saneamento básico, preservação do ambiente natural, transporte colectivo, segurança nacional, colecta justa de impostos e sua aplicação. Todos os bens apresentam como característica comum a universalidade e simultaneidade de aplicação.

Pode inferir-se da obra de J. Rawls – ***Uma Teoria da Justiça*** – que ali se defende que a sociedade deve preservar a liberdade e que, em tal contexto, poderá eleger, na Constituição que a rege, quais os bens que são da competência do Estado e quais os que podem ser entregues à actividade do mercado, isto é, conferidos à actividade privada. Deste modo as instituições não estatais poderão, e deverão, constituir parceiro na disponibilização dos bens (produção e serviços) num sistema de justiça equitativa – por nós, com convicção, somos defensores da ideia de **“menos Estado, mas mais competente Estado”** – para eficaz e eficiente concretização dos objectivos em causa; em que os bens predominantemente provenientes do sector privado sejam colocados no mercado com qualidade e a todos os cidadãos possam aproveitar. Ao Governo é cometida a liberdade, quando não disponha de competências e/ou recursos, de entregar a produção dos bens/serviços ao sector privado para suprir os incumprimentos e com equidade garantir as liberdades fundamentais. A Constituição deve constituir-se em garante da permanente oferta de bens públicos, remetendo a sua satisfação para responsabilidade do Estado, deixando em aberto a prestação directa ou o

recurso a terceiros. Obviamente que os serviços de saúde e de educação, por exemplo, se inscrevem em tal matriz. Não importa o tipo de instituição que produz os bens, o que é incontornável é a satisfação dos cidadãos em cenário de justiça equitativa. Em conclusão: o Governo pode contratar temporária ou definitivamente os bens/serviços com qualidade e com equidade; é tipicamente uma decisão política, tomada publicamente, pressupondo uma adequada divulgação para a informação chegar ao mais distante dos cidadãos e este poder exercer a sua cidadania. Aos cidadãos compete o dever de rejeitar ou de validar substantivamente os bens que são postos à sua disposição. À sociedade civil organizada, remete-se a responsabilidade de garantir o controlo da forma como o erário público é gerido e investido, sem o qual ficará comprometida a distribuição dos bens primários e públicos com justiça e equidade.

Para Rawls o princípio justo da distribuição satisfaz a exigência da igualdade e permite que todos, sem excepção, disponham do bem de que necessitam, ainda que seja escasso; deste modo honra-se o princípio da liberdade de cada um no acesso à riqueza.

Rawls convida vivamente ao empenhamento no processo de implementação e de extensão do modelo que propõe. Identifica a democracia constitucional como ideal político proclamado pela sociedade de tradição ocidental², em que a decisão se identifica com a vontade da maioria, expressando-se esta directamente ou através dos seus órgãos representativos, decorrendo a vida política da prossecução do processo de cooperação entre todos os cidadãos, os quais aspiram não só ao enunciado das regras de justiça na Constituição, mas também à sua efectiva aplicação na prática institucional. Corrobora o direito à desobediência civil quando se verifique o incumprimento desses princípios. J. Rawls atribui ainda prioridade ao princípio da liberdade relativamente aos estatutos de igualdade material, social e política “ curiosamente não defende o liberalismo como doutrina económica.

Elege o nosso autor, na teoria de Justiça que propõe, o Estado como encarregado único do controlo e da fiscalização do mercado, no sentido de não consentir a desigualdade económica, política e social, doutro

modo atentar contra o segundo maior princípio das sociedades democráticas: **a igualdade**. Assim, o liberalismo, assumidamente político, contrapõe-se ao neoliberalismo económico que manifestamente rejeita o controlo do Estado. Contudo, no pensamento do autor em apreço, o **welfare state** não funda uma condição necessária para a concretização da justiça equitativa. Reconhece que ao Estado, que assume missão social, competem cinco funções com tal estatuto, que a seguir se indicam:

1. de maximização da soma de aferição “ de controlo dos preços, salvaguardando a competitividade que a todos os cidadãos aproveite;
2. de estabilização – gestão do equilíbrio da oferta de emprego/mão-de-obra disponível, numa perspectiva de pleno emprego para a produção e oferta de todos os bens essenciais;
3. de transferência – que se identifica com o mínimo de bens a serem socialmente garantidos a todos;
4. de distribuição – contemplando a fixação de taxas para heranças/doações e de impostos proporcionais sobre a despesa (deve ser atribuído maior peso às taxas sobre o consumo relativamente às indexadas sobre os salários);
5. de distribuição – que afecta as propostas de novos gastos públicos de forma transparente e que as sujeita à correcta validação institucional³.

(Continua próximo Boletim)

Notas:

⁵ - Cf: **Uma Teoria da Justiça**, pp. 169, 172,215,216.

⁶ - Cf: **Political Liberalism**, p.13

⁷ - Cf: **Uma Teoria da Justiça**, p. 226

Conferência: A genética do Autismo

No passado dia 27 de Junho de 2017 o Rotary Club da Maia teve a honra de receber na sua sede a Doutora Patrícia Monteiro para dissertação sobre "**A genética do Autismo**".

As perturbações do espectro do autismo (PEA) afectam cerca de 70 milhões de pessoas em todo o Mundo. Em Portugal estima-se que a prevalência seja de 1 caso em cada 1000 crianças em idade escolar. As PEA são perturbações crónicas do neurodesenvolvimento, em que diversos aspectos do desenvolvimento da criança são afectados e permanecem durante a vida adulta. Não existe uma causa genética única para as perturbações do espectro do autismo (PEA). Entre os genes candidatos, destaca-se o gene *Shank3*, como potencial responsável por uma forma monogénica de autismo, cuja incidência estimada é de 1%. A proteína Shank3, resultante deste gene, é importante para a comunicação entre neurónios e para o desenvolvimento neuronal. Um novo estudo publicado recentemente na revista "Nature" sobre o gene *Shank3*, demonstrou que é possível reverter algumas alterações comportamentais e do neurodesenvolvimento em ratinhos adultos com mutação do gene *Shank3*. Embora estas experiências em ratinhos não tenham aplicação directa nos humanos, este estudo ajuda a compreender o conjunto de alterações biológicas potencialmente subjacentes às perturbações do espectro do autismo (PEA).

Esta conferência contou ainda com a participação de representantes da instituição maiata "Criança Diferente".



Biografia - Doutora Patrícia Monteiro (Escola de Medicina, Universidade do Minho)

Licenciada em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e Doutorada em Neurociências pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Entre 2010-2015, a investigadora desenvolveu a sua tese de doutoramento na equipa de investigação do Professor Doutor Guoping Feng, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, nos EUA.

A investigadora integra actualmente a equipa de investigação do Professor Doutor Nuno Sousa, no Domínio de Investigação em Neurociências no Instituto de Ciências da Vida e da Saúde (ICVS) da Escola de Medicina da Universidade do Minho. Os seus principais focos de investigação são na área dos circuitos cerebrais e doenças neuropsiquiátricas.

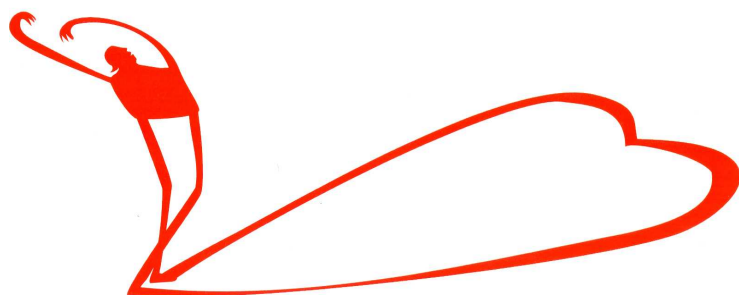
Reunião dos clubes das "Terça-feiras"

O Rotary Club da Maia participou, no passado dia 16 de Maio, no jantar dos clubes que reúnem à Terça-feira, organizado pelo Rotary Club de Pombal, no restaurante "Manjar do Marquês". O grupo de 7, constituído por companheiros e alguns conjugues, fez a viagem em bom espírito, tendo confraternizado com companheiros de vários clubes rotários, entre outros, Arouca, Caldas das Taipas, Celorico de Basto, Gaia Sul e Pombal.



Reuniões de Maio | Junho de 2017





CASA DA AMIZADE DA MAIA

No decorrer dos meses de Maio e Junho de 2017 a Casa da Amizade da Maia continuou a realizar o seu chá solidário mensal que, para além do agradável convívio entre os participantes, permite a angariação de fundos para os programas de apoio à comunidade maiata, que esta associação tem vindo a realizar, quer autónomamente, quer em estreita colaboração com o Rotary Club da Maia.

No mês de Junho teve particular relevância o apoio monetário prestado ao Conselho de Zona da Maia da Sociedade de São Vicente de Paulo, realizado em estreita colaboração com o Rotary Club da Maia, já relatado na página 5 deste boletim.

À semelhança do Rotary Club da Maia, a Casa da Amizade da Maia, estatutariamente, procede à eleição dos seus quadros dirigentes todos os anos, pelo que a presidente **Alexandra Ramalho** passará o testemunho, a partir do dia 1 de Julho de 2017, a **Antónia Saavedra**, que dirigirá esta Associação sem fins lucrativos no decorrer dos 12 meses seguintes, terminando o seu mandato em 30 de Junho de 2018.

